

## COMO COMEÇOU E SE ESTABELECEU O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NO BRASIL: UM BREVE PANORAMA DE UM LONGO PERCURSO

### HOW ENGLISH LANGUAGE EDUCATION BEGAN AND ESTABLISHED IN BRAZIL: A BRIEF OVERVIEW OF A LONG JOURNEY

João Paulo Ferreira de Sousa<sup>1</sup>

João Alfredo Ramos Bezerra<sup>2</sup>

**Resumo:** Apresentamos brevemente, neste artigo, os caminhos percorridos pelo Ensino da Língua Inglesa em nosso país, expondo, igualmente, os documentos legais que o têm amparado nessa trajetória secular. Assim, nas seções seguintes, nossas considerações são amparadas teoricamente por Lima e Rezende (1969); Brasil (1998); Paiva (2005); Lima e Quevedo-Camargo (2008); Oliveira (2008); (Xavier *et al.*, 2016); Brasil, (2018); De Oronallas e Silva (2019). Concluímos que essa língua estrangeira que nos é ensinada na escola, infelizmente, não é efetivamente aprendida ali porque a forma de ensiná-la, desde os seus primórdios entre nós, não é a mais eficaz — muito longe disso — o que afeta a motivação do alunado, que, sem incentivo para aprendê-la desiste de fazê-lo ou o faz insuficientemente.

**Palavras-Chave:** Ensino de Idiomas. Língua Inglesa. Ensino de Inglês na Educação Básica.

**Abstract:** In this article, we briefly present the paths taken by English language teaching in our country, also outlining the legal documents that have supported it throughout this centuries-old trajectory. Thus, in the following sections, our considerations are theoretically supported by Lima e Rezende (1969); Brasil (1998); Paiva (2005); Lima e Quevedo-Camargo (2008); Oliveira (2008); (Xavier *et al.*, 2016); Brasil, (2018); De Oronallas e Silva (2019). We conclude that this foreign language taught in schools, unfortunately, is not effectively learned there because the way it is taught, since its beginning among us, has not been the most effective — far from it — which affects students' motivation, who, without encouragement to learn it, give it up or learn it so insufficiently.

**Keywords:** Language Teaching. English Language. English Teaching in Basic Education.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Compartilha Igual 4.0 Internacional

<sup>1</sup> Licenciado em Letras Português-Inglês e Suas Literaturas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). *E-mail:* [jjoaopauloferreira@gmail.com](mailto:jjoaopauloferreira@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). *E-mail:* [joao.bezerra@ifce.edu.br](mailto:joao.bezerra@ifce.edu.br).

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste artigo, discorreremos sobre o ensino da Língua Inglesa em nosso país no que concerne ao seu início, ainda no século XIX, e como se estabeleceu nesse século e nos seguintes.

Para isso, nesta breve pesquisa de cunho bibliográfico, abordagem qualitativa, natureza básica e objetivo exploratório, faremos uso de algumas referências imprescindíveis quando se trata do tema em tela. Para bem discorrermos sobre, dividimos as próximas seções assim: em primeiro lugar, seguidamente, no Marco Teórico, apresentaremos o contexto sócio-histórico-econômico e político no qual a Língua Inglesa passou a ser ensinada no Brasil; logo após, na seção Resultados e Discussão, debateremos acerca dos documentos que têm apoiado legalmente essa iniciativa.

## 1 MARCO TEÓRICO

### 1.1 Inserção do ensino da Língua Inglesa no Brasil

Segundo Lima e Quevedo-Camargo (2008), a relação entre Brasil e Inglaterra surgiu muito cedo, ainda por volta do ano de 1530, quando William Hawkins, um diplomata da Companhia Inglesa das Índias Orientais, foi de encontro ao território lusitano. Mais tarde, outros ingleses foram para Portugal em busca de uma das maiores riquezas que lá existiam o pau-brasil traficado daqui para lá (Lima; Rezende, 1969).

No entanto, foi somente a partir do século XIX que o relacionamento entre essas duas nações se afunilou, quando a Inglaterra decidiu impor um tratado — Tratados de Aliança e Amizade — a Portugal, em que somente os ingleses podiam estabelecer o monopólio em relação aos outros países. Assim, fazia-se com que os portugueses não dominassem mais o Brasil. Dependente da aprovação da Inglaterra, a Coroa lusitana tentava, ao máximo, agradar essa sua parceira econômica, inclusive linguisticamente, promovendo a Língua Inglesa de todas as formas possíveis.

Aqui fazemos um adendo para chamar a atenção da leitora e do leitor para um fato: muito devido a essa época de sujeição portuguesa aos ingleses, quando o idioma inglês — que até certo momento da História havia sido apenas mais uma língua bárbara — era estimado como uma língua culta, falada pelos grandes nomes da Literatura, houve a necessidade de que o

mesmo fosse ensinado e aprendido. Passada essa época, os ecos da História fazem com que as consequências positivas desse amordaçamento façam-se sentir: o povo português, em geral, fala muito bem essa língua, inclusive porque toda a programação de cinema e televisão em inglês, não recebe tradução nem dublagem.

Voltando ao passado, a partir do Bloqueio Continental que a França impôs a Portugal por volta de 1806, liderado pelo imperador Napoleão Bonaparte — que pretendia isolar a Inglaterra do comércio europeu, prejudicando sua economia —, fez com que este país e o Brasil voltassem a se relacionar. Portugal convenceu a Inglaterra a não travar uma guerra contra os franceses. Então, o regente de Portugal, D. João VI, buscou se refugiar em território brasileiro, já que a França ameaçara atravessar o país luso.

Com Dom João VI e Dona Carlota Joaquina e sua família morando no Brasil, até então uma colônia portuguesa — como seguiria sendo até 15 de novembro de 1889 —, agora, a Corte pertencente à nação brasileira, resultou

[...] na formação de uma considerável colônia inglesa, com seus estabelecimentos comerciais e industriais em várias cidades portuárias, como Belém, São Luís e Fortaleza, mas, principalmente, no Rio de Janeiro, no Recife e em Salvador. (Oliveira, 2008, p. 3).

Com o predomínio inglês, os brasileiros passaram a se manifestar contra ele e, então os ingleses, como tática para tentar driblar os impasses que iam surgindo, decidiram criar ofertas de trabalho para engenheiros, funcionários e técnicos brasileiros em geral. Sobretudo, era necessário que os interessados soubessem falar bem o idioma para poderem ler instruções e receber os devidos treinamentos (Xavier *et al.*, 2016).

O ensino da Língua Inglesa no Brasil surgiu a partir do decreto assinado em 22 de junho de 1809 por Dom João VI, *a priori*, criando duas escolas de línguas: uma de língua francesa e outra de língua inglesa; e o grego e o latim continuariam sendo as línguas estrangeiras basilares ensinadas nas escolas. Nessa perspectiva, desde o princípio do Brasil como sede da Coroa portuguesa, ampliou-se a necessidade de se ter uma abordagem de ensino do idioma inglês que abrangesse as demandas desse processo, pois o único que se tinha então — o *Grammar Translation* ou Método Prussiano — centrava-se no estudo da gramática normativa e na memorização de listas de palavras. O foco era a leitura e a escrita, não a escuta e a fala. As aulas eram ministradas na língua materna do alunado. Aprendia-se para ler os clássicos da Literatura e para se corresponder, por cartas e afins, usando essa língua.

O *Grammar Translation* vigorou por sólidos **CEM ANOS**: de 1848 a 1948. De acordo com Paiva (2005), a língua é tida somente como um sistema que dita regras e não vista como um código verbal que produz a comunicação — ideia que coaduna com o Método Prussiano. Contudo, partir de então, tivemos, no pós-II Guerra Mundial, um *boom* de abordagens didáticas para se ensinar e aprender essa língua, como veremos mais à frente.

Embora tenha-se discutido muito sobre o ensino de Língua Inglesa no Brasil, percebem-se mínimos avanços, pois ainda há lacunas que precisam ser preenchidas — seja por falta de recursos tecnológicos e capacitação de profissionais seja pela carga horária reduzida, que contribui da mesma forma para a falta de interesse por parte da maioria dos alunos. Também falta, por parte desses, especialmente na Educação Básica, tratar essa disciplina como uma área atrativa, já que não encontram motivos para aprendê-la, uma vez que não vislumbram utilizá-la em seu futuro — próximo ou distante. Essa miopia discente, que os docentes alimentam por não terem preparação suficiente e nem incentivarem seus alunos a aprender, faz com que os aprendentes se transformem em profissionais não capacitados para enfrentar as novas demandas de uma sociedade cada vez mais globalizada e onde o inglês é a porta de entrada (Xavier *et al.*, 2016).

No entanto, “[...] a inclusão de uma área no currículo deve ser determinada, entre outros fatores, pela função que desempenha na sociedade. Em relação a uma língua estrangeira, isso requer uma reflexão sobre o seu uso efetivo pela população”. (PCN, 1998, p. 20). E considerando o cenário brasileiro, por se tratar de um país que cada vez mais está estabelecendo relações com o mundo e haja visto que a Língua Inglesa tem *status* de língua franca, para propiciar tais relações, torna-se imprescindível sua inclusão no currículo das escolas.

Considerando os impasses mencionados, pelo que observamos como um aluno que fomos e um profissional da área que somos, o que mais contribui para o seu ensino ineficiente, bem como a impossibilidade dos docentes de seguirem o que os documentos prescrevem em seus materiais, é o curto tempo destinado para abarcar tudo que é pedido neles, resultando em um distanciamento abissal entre a teoria e a prática. Somado a isso, o despreparo dos docentes, que encontra eco no desinteresse dos discentes, repercute no que constatamos: nos resultados aquém do esperado.

Isso posto, nos subtópicos seguintes da próxima seção, trataremos dos documentos que têm norteado o ensino do idioma inglês no Brasil.

## 2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 2.1 O que dizem os documentos norteadores sobre o ensino de Língua Inglesa no Brasil

Aqui serão apresentadas as sínteses dos principais documentos que encabeçam a Educação nacional. Primeiramente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB, instituída em 1996, que decreta as principais orientações, como diz seu nome, em caráter de lei, ou seja, obrigação. Logo depois, A Base Nacional Comum Curricular, ou BNCC, que dita as normas dos componentes curriculares da Educação Básica no país. Por último, os Parâmetros Curriculares de Língua Inglesa, que tem como finalidade expandir não somente a visão dos estudantes no tocante de expandir a língua através das possibilidades de interação, mas também por meio do conhecimento e da mobilidade deles nesse idioma, este apresentando-se como ferramenta de comunicação e cultura, não o limitando a conteúdos meramente gramaticais.

#### 2.1.1 *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*

A Lei 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mais conhecida como LDB, apresenta um papel importante na elaboração dos documentos da Educação, pois foi criada para orientar a Educação no Brasil, dando direcionamento ao trabalho das escolas. Nesse sentido, “[...] a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. (art. 22, Brasil, 1996).

Quanto às finalidades estabelecidas pela LDB, na seção IV, Art. 35, que dizem respeito ao Ensino Médio, temos:

Art. 35. O Ensino Médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

No que tange ao ensino de Língua Inglesa, o artigo 35-A dispõe dos seguintes parágrafos (com exceção de quatro, não escolhidos para discussão):

§ 4º Os currículos do Ensino Médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017).

§ 6º A União estabelecerá os padrões de desempenho esperados para o Ensino Médio, que serão referência nos processos nacionais de avaliação, a partir da Base Nacional Comum Curricular. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 8º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação processual e formativa serão organizados nas redes de ensino por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades on-line, de tal forma que ao final do Ensino Médio o educando demonstre: (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna; (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017).

### *2.1.2 A Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*

#### *A Base Nacional Comum Curricular é*

[...] um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (Brasil, 2018, p. 7 *apud* Carvalho; Perez, 2022, p. 9).

Este documento apresenta princípios fundamentados em documentos oficiais e legais como as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Nesse sentido, tem como principal objetivo promover a todos os estudantes brasileiros, de Norte a Sul, escola privada ou pública, o direito de aprender um conjunto de conhecimentos e habilidades comuns amparados em competências e habilidades que se espera que sejam desenvolvidas por eles durante toda a sua escolaridade básica.

Quando se fala na BNCC direcionada ao Ensino Fundamental, como por exemplo,

A forma de apresentação adotada na BNCC tem por objetivo assegurar a clareza, a precisão e a explicitação do que se espera que todos os alunos aprendam na Educação Básica, fornecendo orientações para a elaboração de currículos em todo o País, adequados aos diferentes contextos. (Brasil, 2017, p. 31 *apud* Orenallas; Silva, 2019, p. 312).

Isso quer dizer que este documento prescreve o que se espera de cada estudante, em cada período que estão na escola, servindo como norteador às escolas para elaboração de seus currículos, levando em consideração, sobretudo, a realidade de cada lugar do Brasil.

Nesta perspectiva de currículo, este documento está amparado em competências que estão imbricadas em habilidades que os estudantes devem desenvolver durante sua trajetória na etapa do ensino que estiverem inseridos, para que possam dar prosseguimento aos seus estudos nas etapas seguintes e assim, adquirir a plenitude ao obter essas competências e habilidades que são esperadas na Educação Básica.

Quando partimos para a organização dessas habilidades, a BNCC ressalta:

[...] os critérios de organização das habilidades descritos na BNCC (com a explicitação dos objetos de conhecimento aos quais se relacionam e do agrupamento desses objetos em unidades temáticas) expressam um arranjo possível (dentre outros). (Brasil, 2017, p. 31 *apud* Orenallas; Silva, 2019, p. 313).

Essas unidades temáticas apresentam conjunto de habilidades que incitam conhecimentos de caráter conceitual, linguagens e alguns dos principais processos, práticas e procedimentos de investigação que estão mobilizados na construção do conhecimento científico (Brasil, 2017, p. 29 *apud* Orenallas; Silva, 2019, p. 313). Segundo de Orenallas e Silva (2019), essas unidades temáticas são apresentadas conforme cada área do conhecimento, nos seus respectivos componentes curriculares, como o da Língua Inglesa.

Para cada área do conhecimento, existem essas unidades temáticas que possuem quantidades de objetos de conhecimento, que englobam uma certa quantidade de habilidades. No caso da Língua Inglesa, ela é uma componente curricular e as Linguagens é área que alberga essa disciplina. A BNCC organiza e dita o que essa área do conhecimento juntamente com essa componente deve desenvolver de habilidades nos estudantes. A LI apresenta seis competências específicas, além das dez que são comuns em todas as disciplinas, e treze unidades temáticas, mas estas estão presentes apenas nos anos finais do Ensino Fundamental; a saber: Interação discursiva; Produção oral; Estratégias de leitura; Práticas de leitura e construção de repertório



lexical; Atitudes e disposições favoráveis do leitor; Estratégias de escrita: pré-escrita; Práticas de escrita; Estudo do léxico; Gramática; A língua inglesa no mundo; A língua inglesa no cotidiano da sociedade brasileira/comunidade e Comunicação intercultural (que aparece a partir do 7º ano).

A seguir falaremos sobre a PCN de Língua Inglesa bem como por qual outro acabou sendo substituído e o motivo dessa substituição.

### *2.1.3 Os Parâmetros Curriculares de Língua Inglesa*

Os PCN são uma coleção de documentos que compõem a grade curricular de uma instituição escolar, criada e destinada exclusivamente para o Ensino Fundamental. Objetiva orientar as práticas docentes e ampliar “[...] um debate educacional que envolva escolas, pais, governos e sociedade e dê origem a uma transformação positiva no sistema educativo brasileiro”. (Brasil, 1998 p. 5). Além do mais:

[...] foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania. (Brasil, 1998, p. 5).

A disciplina de Língua Inglesa tornou-se obrigatória no 2º grau, hoje Ensino Médio, a partir de 1976, com a Resolução 58 de 1º de dezembro: “[...] o estudo de Língua Estrangeira Moderna passa a fazer parte do núcleo comum, com obrigatoriedade para o ensino de 2º grau, recomendando-se a sua inclusão nos currículos de 1 grau onde as condições o indique e permitam”. Assim, nota-se uma adesão facultativa dela no Ensino Fundamental, sendo essa de acordo com a disponibilidade que a instituição educacional apresentar.

Todavia, o documento que foi falado anteriormente a este, a BNCC, começou a substituir gradualmente a PCN de Língua Inglesa, a partir de dezembro de 2017, quando foi homologada, sendo considerada insuficiente para atender às demandas do contexto atual de ensino sob à luz da legislação em vigor. Nesse sentido, a PCN de LI via o idioma restrito à gramática, usada de forma isolada, enquanto o foco da BNCC é mais abrangente, centrado em uma abordagem mais integralizada e comunicativa, dando ênfase no uso prático da língua e nas suas habilidades de escuta, fala, leitura e escrita.



Essa perspectiva mais abrangente da língua vai de contramão a modelos de aulas expositivas e à gramática trabalhada em sala de aula apenas através da memorização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos este artigo, atestamos quão longa tem sido a trajetória da Língua Inglesa na Educação Básica no Brasil. De maneira incipiente, com a vinda da Corte para o Brasil, em 1808, o ensino desse idioma adentrou a grade curricular das escolas para nunca mais sair. Pelo contrário, cada vez mais necessário, o inglês tem sido ensinado segundo as tecnologias de cada período e etapa pelos quais têm passado em terras brasileiras.

Norteados sempre por documentos que aprovam a sua disseminação entre nós como parte importante da formação de brasileiras e brasileiros, a tendência é que, cada vez mais, professoras e professores se capacitem melhor para bem desempenharem o seu labor, uma vez que, infelizmente, contamos com um número aquém de discentes com o devido preparo para ensiná-lo a contento — uma das razões pelas quais não é tão atraente para o nosso alunado.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental — Língua Estrangeira**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn\\_estrangeira.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_estrangeira.pdf). Acesso em: 09 out. 2025.

LIMA, G. P.; QUEVEDO-CAMARGO, G. Breve trajetória da língua inglesa e do livro didático de inglês no Brasil. **Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas**, v. 7, p. 1-7, 2008. Disponível em: <https://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/GislainePLima.pdf>. Acesso em: 9 out. 2025.

LIMA, L. F. B.; REZENDE, N. R. Formação da nacionalidade brasileira. **Departamento de Imprensa Nacional**, 1969. Disponível em: [FORMACAO\\_DA\\_NACIONALIDADE\\_BRASILEIRA\\_FLAMARION\\_BARRETO\\_LIMA\\_pdf20190525-102919-1cdkahc-libre.pdf](http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/GislainePLima.pdf). Acesso em: 10 out. 2025.

OLIVEIRA, C. B. de. **As relações comerciais entre Brasil e Inglaterra no início do século XIX**. 2008. Disponível em: [http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/05/2\\_cincci/1009%20Bortolotti.pdf](http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/05/2_cincci/1009%20Bortolotti.pdf). Acesso em: 11 out. 2025.

ORNELLAS, J. F. de; CRISTEINSEN, L. S. O Ensino Fundamental da BNCC: proposta de um currículo na contramão do conhecimento. **Revista Espaço do Currículo**, v. 12, n. 2, p. 1-17, 2019. Disponível em: [3ce2522c60f7175c500daad50761bd160222.pdf](https://revistas.uece.br/index.php/kixara/3ce2522c60f7175c500daad50761bd160222.pdf). Acesso em: 12 out. 2025.

PAIVA, V. L. M. O. Como se aprende uma língua estrangeira? In: ANASTÁCIO, E. B. A.; MALHEIROS, M. R. T. L.; FIGLIOLINI, M. C. R. (orgs). **Tendências contemporâneas em Letras**. Campo Grande: Editora da UNIDERP, 2005. p. 127-140. Disponível em: <http://www.veramenezes.com/como.html>. Acesso em: 12 out. 2025.

XAVIER, E. de M.; GOMES, J. de F. P.; FIGUEIREDO, M. R. de; SOUZA, S. M. da F. 31 Crenças no Ensino de Língua Inglesa no Ambiente Escolar. **Revista Transformar**, v. 8, n. 8, p. 31-52, 2016. Disponível em: <http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/view/52>. Acesso em: 11 out. 2025.

#### COMO CITAR ESTE ARTIGO:

SOUSA, João Paulo Ferreira de; BEZERRA, João Alfredo Ramos. Como começou e se estabeleceu o ensino de língua inglesa no Brasil: um breve panorama de um longo percurso. **Kixará**, Quixadá, v. 2, n. 2, p. 5-14, maio/ago. 2025.

**Submetido em:** 29/10/2025

**Aceito em:** 13/12/2025

**Publicado em:** 19/12/2025

**Edição:** Yls Rabelo Câmara

**Diagramação:** Francisco Edvander Pires Santos